



Exotic in an...
Family Chantain
...on key stats
ashio
Museu

...into \$2T relief pack
...\$7.5M

...G-20 adds \$5 trillion to fight

Lockdown
oregy malled

...wynn dead at 78
...Coronavirus
in Connolly

Emily Smith
rage six

...Museum po...
...relief pack

...\$7.5M

...G-20 adds \$5 trillion to fight

...wynn dead at 78
...Coronavirus
in Connolly

Emily Smith
rage six

...Museum po...
...relief pack

...\$7.5M

...G-20 adds \$5 trillion to fight

...wynn dead at 78
...Coronavirus
in Connolly

Emily Smith
rage six

...Museum po...
...relief pack

...\$7.5M

...G-20 adds \$5 trillion to fight

...wynn dead at 78
...Coronavirus
in Connolly

Emily Smith
rage six

...Museum po...
...relief pack

...\$7.5M

...G-20 adds \$5 trillion to fight

...wynn dead at 78
...Coronavirus
in Connolly

Emily Smith
rage six



...wynn dead at 78
...Coronavirus
in Connolly

Por uma Universidade mais diversa: a política de cotas para pessoas com deficiência e a extensão universitária

For a more diverse University: the quota policy for people with disabilities and
university extension

Raquel da Silva Silveira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Professora do Curso de Psicologia
raquelsilveira43@gmail.com

Raquel Guerreiro

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Doutoranda do PPG em Psicologia Social e Institucional
quel papel@hotmail.com

Leandro Peratz Gomes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Graduando de Psicologia
leandroperatz62@gmail.com

RESUMO

O tema da deficiência ganha mais corpo e relevância no cotidiano das universidades a partir da política de cotas para pessoas com deficiência em 2016. A presença desses/as estudantes desafia os modos de estruturação da universidade. O objetivo deste artigo é relatar, a partir do ingresso do primeiro cotista por deficiência no curso de psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a criação do Coletivo de Extensão e Pesquisas Anticapacitistas (CEPAC) dentro de um programa de extensão. O referencial teórico-metodológico é da Psicologia Social e Institucional, do Modelo Social da Deficiência, sob uma perspectiva interseccional de raça e gênero. Através de grupo de estudos e participação em aulas de graduação, o CEPAC tem discutido e difundido saberes sobre a deficiência no Instituto de Psicologia da UFRGS, despertando o interesse acerca deste tema. Destacamos a importância do tripé ensino-pesquisa-extensão para uma formação acadêmica crítica e transformadora.

Palavras-chave: Deficiência, Política de cotas, Extensão universitária, Capacitismo

ABSTRACT

The issue of disability gained more strength and relevance in the daily lives of universities since the quota policy for people with disabilities, in 2016. The presence of these students challenge the ways in which university is structured. The objective of this article is to report, from the entry of the first quota holder for disability in the psychology course at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), the creation of the Collective Antibleist of Extension and Research [CEPAC] within a program of university extension. The theoretical-methodological frameworks are Social and Institutional Psychology and the Social Model of Disability, from an intersectional perspective of race and gender. Through the group of studies and participation in undergraduate classes, CEPAC has discussed and disseminated knowledge about disability at the UFRGS's Institute of Psychology, arousing the interest on this topic. We highlight the importance of the teaching-research-extension tripod for critical and transformative academic education.

Keywords: Disability, Quotas policy, University extension, Ableism.

INTRODUÇÃO

A inserção das pessoas com deficiência no Ensino Superior através da política de cotas é um avanço nas políticas públicas de inclusão. Estudos sobre esse processo histórico mostram que, desde a Constituição Federal de 1988, as conquistas dos movimentos sociais começaram a crescer, tanto nacional quanto internacionalmente. As proposições teóricas e jurídicas refletiam os anseios por uma inclusão efetiva, que enfrentasse as situações de discriminação e isolamento às quais pessoas com deficiência estavam relegadas. Nessa direção, foram fundamentais a Conferência Mundial de Educação para todos, realizada em 1990¹, a Declaração de Salamanca, em 1994, a elaboração da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde [CIF], publicada pela Organização Mundial da Saúde [OMS] em 2004 e a Lei Brasileira de Inclusão [LBI] (Lei n. 13.146, 2015), conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esse cenário levou à luta pelo aumento do acesso de pessoas com deficiência ao Ensino Superior (Pereira, 2008). Assim, em dezembro de 2016, a Lei de Cotas Universitárias (Lei n. 12.711, 2012) foi alterada pela Lei n. 13.409 (2016), a fim de ampliar a reserva de vagas para pessoas com deficiência. Dessa forma, 2018 é um marco nas universidades públicas brasileiras, em que se percebe um aumento significativo do ingresso de estudantes com deficiência, sendo a maioria com deficiência física e/ou sensorial (Petten, Costa, e Borges, 2018).

Nesse cenário, o objetivo do presente artigo é relatar, por meio da experiência de chegada do primeiro cotista com deficiência no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS], a criação do Coletivo de Extensão e Pesquisas Anticapacitistas [CEPAC]. O ingresso desse aluno levou à ampliação das temáticas de um programa de extensão da psicologia social e institucional, ao despertar o interesse de docentes e estudantes pelos estudos sobre a deficiência na graduação em Psicologia. Não se pretende, de forma alguma, apresentar aqui um estudo de caso. Pelo contrário, por meio desta escrita a três, relatamos, de modo implicado, como a presença de pessoas com deficiência na universidade tem modificado nossa forma de pensar e de encarar o tema, tanto na vida cotidiana quanto na formação em psicologia. A criação do CEPAC, enquanto projeto dentro do programa de extensão universitária Núcleo de Pesquisa e Extensão Antirracista [NEPARPSII], tem-nos permitido abraçarmos essa temática e cruzá-la com outras já trabalhadas, como o racismo e o sexismo.

Desde 2006, a UFRGS atua com políticas públicas específicas para estudantes com deficiência e, em 2014, foi criado o INCLUIR - Núcleo de Inclusão e Acessibilidade², gestado a partir do Programa Nacional Incluir - Acessibilidade

¹Também conhecida como Conferência de Jomtien, patrocinada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] e pelo Fundo das Nações Unidas para a infância [UNICEF].

²cf. <https://www.ufrgs.br/incluir/>, recuperado em 29, setembro, 2020.

à Educação Superior³. Todavia, o Instituto de Psicologia não estava preparado para atender às necessidades específicas do estudante cotista no primeiro dia de aula. A sua chegada gerou desconforto e quase pânico nos/as servidores/as, pois não havia sequer uma mesa adequada à sua cadeira de rodas. A primeira deficiência da instituição se explicitava. A compreensão de que existia uma falta por parte do próprio Instituto de Psicologia se embasa na perspectiva teórica do Modelo Social da Deficiência (Diniz, 2007). Esse desloca a noção de deficiência do corpo individual para a sociedade, visibilizando que esta não é estruturada de modo a levar em consideração a diversidade que os corpos humanos possuem.

Impulsionado pelos desassossegos que a política de cotas para pessoas com deficiência suscitou, o Núcleo de Extensão e Pesquisas Antirracistas da Psicologia [INEPARPSI - UFRGS] começou sua história de aproximação teórico-prática com a temática das deficiências. Nosso ponto de partida era o referencial teórico da Psicologia Social e Institucional, o qual ainda pouco se debruça sobre esse campo de estudos.

Dessa forma, este relato de experiência extensionista se embasa numa caixa de ferramentas conceituais que articula a noção de saberes localizados de Donna Haraway (1995), da Educação Popular de Paulo Freire (Freire e Faundez, 1985; Freire 1983; Freire 1967), da Pedagogia Engajada de Bell Hooks (2019) e as propostas do Modelo Social da Deficiência. A discussão do Modelo Social da Deficiência foi proposta por um grupo de homens deficientes na década de 70 na Inglaterra. A partir deste novo paradigma de pensamento sobre a deficiência, surgiu o campo de estudos sobre deficiência (*disability studies*), que vem ganhando espaço no Brasil na articulação com o campo de estudos feministas. Neste escrito, tomamos como referência os trabalhos das antropólogas Debora Diniz (2007) e Anahi Guedes de Mello (2016) e Adriana Dias (2013).

A partir dessa caixa de ferramentas teórico-práticas, compreendemos que é importante uma breve apresentação das três pessoas que escreveram este artigo, pois temos percursos de vidas e experiências corporais distintas. Nossos processos de aprendizagem construídos coletivamente nos fazeres da extensão universitária têm sido desafiadores.

O corpo como lugar dos processos de ensino-aprendizagem

Ninguém falava sobre a relação entre o corpo e o ensino. O que fazer com o corpo em sala de aula? Tento me lembrar dos corpos de meus professores universitários e não consigo me recordar deles (Hooks, 2019, p. 253).

Leandro Peratz é uma pessoa com deficiência física, usa cadeira de rodas motorizada, a qual necessita de uma mesa com medidas diferentes das que

³ cf. <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>, recuperado em 29, setembro, 2020.

existem nas salas de aula. Outra necessidade específica é a peculiaridade de não conseguir vir às aulas em dias chuvosos, pois a cadeira de rodas é elétrica e não pode molhar. Ingressou pelas cotas de baixa renda, é um jovem de 21 anos autodeclarado pardo morando em um local com dificuldades de acesso. O lugar onde vive é a periferia de Porto Alegre, conhecido como Morro da Cruz; sua casa fica em uma ladeira íngreme e desafiadora para todos e todas que vivem ali, principalmente para quem é idoso/a, ou para quem é uma pessoa com deficiência.

As outras duas autoras são mulheres, brancas, psicólogas, acadêmicas, de classe média e moram em bairros bem localizados em relação ao centro da cidade. Raquel Silveira é a mais velha; professora, tem 52 anos e não é deficiente. Mora no bairro Glória/Zona Sul, numa rua plana, com acesso ao transporte público e estabelecimentos essenciais. A mais jovem, Raquel Guerreiro, é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, tem 33 anos e mobilidade reduzida, decorrente de uma doença rara degenerativa. Desde o mestrado em outra universidade, vem estudando acerca da deficiência. Mora no bairro Independência, próximo ao centro e ao *campus* universitário, também com fácil acesso ao transporte público e a serviços diversos. É importante marcar o privilégio de classe social e sua articulação com a branquitude, que beneficiam as duas autoras, pois no Brasil raça/cor e classe social estão amalgamados (Carneiro, 2005; Guimarães, 2016), produzindo benefícios estruturais e simbólicos para a população branca, como, por exemplo, a distribuição desigual por raça/classe nas regiões centrais e periféricas das cidades brasileiras.

Cientes disso, escrevemos este relato ampliando os eixos de opressão da interseccionalidade entre raça e classe para visibilizar a deficiência como marcadora social da diferença (Brah, 2006), a partir desses três lugares distintos: de mulher branca sem deficiência, de mulher branca com deficiência e do lugar do jovem pardo com deficiência. Nós três somos pessoas cisgêneros⁴ e heterossexuais. As duas mulheres vivem em uniões estáveis; Leandro é solteiro.

Essa explicitação dos marcadores sociais da diferença como: deficiência, gênero/sexualidade, idade, classe social, raça/cor das pessoas envolvidas em nossos projetos de pesquisa e de extensão é um ato político refletido. A partir da perspectiva da interseccionalidade (Crenshaw, 2002), em que se reconhece diversos eixos de dominação e exploração estruturais, como racismo, sexismo, capacitismo, classicismo, problematizamos nossas práticas em extensão. No campo das relações raciais, o curso de psicologia da UFRGS vem amadurecendo seus esforços para a implementação das diretrizes nacionais em relação à Educação das Relações Étnico-Raciais (Leis n. 10.639, 2003, n. 11.645, 2008 e DCN⁵ n.1, 2004). A política de cotas raciais tem possibilitado a ampliação efetiva do ingresso de estudantes negros e negras nas salas de aula. Em paralelo,

⁴ Cisgênero é uma explicitação dos privilégios das pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento. Transgênero é a pessoa que não se identifica com a designação imposta no nascimento. É uma forma de explicitarmos que toda identidade de gênero é construída (Bagagli, 2017).

⁵ Diretriz Curricular Nacional.

novos coletivos negros têm se articulado e potencializado o enfrentamento do racismo na instituição. Nesse contexto, instituímos o Núcleo de Extensão e Pesquisa Antirracista (NEPARPSI) no Departamento de Psicologia Social e Institucional/UFRGS, em 2018. O intuito é contribuirmos para a institucionalização da discussão teórico-prática sobre a educação das relações étnico-raciais na graduação em psicologia.

A Criação do Coletivo de Extensão e Pesquisas Anticapacitistas (CEPAC)

Em 2019, o NEPARPSI fez um processo seletivo para novos/as bolsistas de extensão; Leandro se candidatou e foi selecionado. No momento da entrevista de seleção, ele foi comunicado de que ainda não estudávamos a temática da deficiência, mas que gostaríamos de incluí-la em nossos estudos. Esse compromisso proposto pelo Núcleo foi possível a partir das discussões teóricas do quilombismo, em especial na proposta de Abdias do Nascimento sobre os princípios que regem essa proposta de sociedade. Ao tomar a história de resistência dos quilombos no Brasil do século XVII, Nascimento (2014) explora as potencialidades daquelas experiências para propor uma alternativa de modelo de sociedade. Ele sustenta que "Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial" (2014, p. 205). Esse autor defende que a situação da população negra é o principal problema a ser enfrentado no Brasil, mas aponta a preocupação do modelo quilombista com toda a sociedade, todas as raças e etnias. Dentre os princípios que regem essa formulação teórico-política, destacamos dois:

O quilombismo, essencialmente, é um defensor da existência humana; [...] Visando o quilombismo a fundação de uma sociedade criativa, ele procurará estimular todas as potencialidades do ser humano e sua plena realização. Combater o embrutecimento causado pelo hábito, pela miséria, pela mecanização da existência e pela burocratização das relações humanas e sociais, é um ponto fundamental. As artes em geral ocuparão um espaço básico no sistema educativo e no contexto das atividades sociais (Nascimento, 2014, pp. 213-214).

Assim, compreendemos que era possível e necessário articularmos raça e deficiência, pois se o NEPARPSI tem como objetivo atuar nas relações raciais, era uma oportunidade de pensá-las de modo interseccional. Desafio posto, Leandro e o grupo aceitaram. Desde sua entrada, temos aprendido muito. Uma das ações da extensão era a contação de histórias para crianças com personagens negros/as. Agora, já aumentamos nossa caixa de livros com histórias infantis com personagens com deficiência. Encontramos também uma autora com Síndrome de Down, Débora Seabra, que escreveu "Débora conta Histórias". Histórias com personagens negras e deficientes ainda são poucas, mas existem. "As cores no mundo de Lúcia", de Jorge Fernando dos Santos, e "A

nova vizinha", escrito por Gisele Gama, são livros infantis que possibilitam trabalharmos a interseccionalidade entre deficiência e raça/cor. Nesse contexto de buscas pela abertura a uma nova temática, temos feito muitas descobertas. A alternância de estudo desses temas, ora sobre raça (por meio da leitura de autores e autoras negras), ora pela leitura de autores e autoras do campo dos estudos sobre deficiência, enriquece nossas discussões por tornar possível encontrarmos pontos em comum nestas duas formas de opressão que muitas pessoas no Brasil enfrentam: o racismo e o capacitismo.

Durante os encontros de equipe, percebemos que a temática da deficiência precisava de mais espaço. Dessa forma, começamos a nos encontrar num pequeno grupo: as duas Raquéis e o Leandro. Unindo conhecimentos teóricos da extensão universitária, do modelo social da deficiência e os saberes da experiência, passamos a estudar coletivamente, uma vez por semana. Além das leituras, fomos articulando espaços de trocas com a comunidade acadêmica, começamos a ser convidadas/os para participar de aulas sobre o marcador social da deficiência nas disciplinas de Psicologia Social, de Ética em Psicologia e de Seminários de Ênfase em Políticas Públicas. Em alguns desses momentos, com estudantes de graduação, contamos com a participação de Josiane França, mulher cega e integrante de movimentos sociais de mulheres com deficiência, como o Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e com Baixa-visão [MBMC] e o Movimento Feminista de Mulheres com Deficiência Inclusivass⁶. Josiane iniciava as referidas aulas com dinâmicas que envolviam a percepção corporal sem visão. Os olhos das/os estudantes eram vendados para que se deslocassem no espaço e para exploração tátil de objetos. A turma experimentava caminhar de olhos vendados do pátio até entrar na sala de aula e encontrar um lugar para se sentar. Posteriormente, eram passados de mão em mão objetos com formatos, pesos e texturas diversos, para que elas/es descobrissem quais eram aqueles objetos. Essa dinâmica tem sido reconhecida pelos/as estudantes de psicologia como muito importante, pois permite que aprendam com as sensações e os sentimentos que experimentam na atividade de perceber sem ver.

A partir dessas atividades e de nossos encontros semanais para o estudo sobre o modelo social da deficiência, outras pessoas começaram a se aproximar do nosso pequeno grupo. Vieram estudantes dos primeiros semestres de psicologia, uma professora do curso de Fonoaudiologia, que atua com pessoas com afasia e palhaçaria, alunas do mestrado interessadas na interface entre as temáticas corporal e da deficiência e uma professora do Instituto Federal Catarinense que atua com inclusão. Depois de alguns meses compartilhando semanalmente nossas leituras e experiências, sentimos a necessidade de nomear, de batizar o nosso grupo. A ideia veio do Leandro: CEPAC - Coletivo de Extensão e Pesquisas Anticapacitistas. Com a potência que fomos experimentando no primeiro semestre de nossa existência, tínhamos prevista a organização de um evento de lançamento do CEPAC no Instituto de Psicologia para março de 2020. Contudo, a pandemia do Covid-19 interrompeu nossas

⁶ A grafia correta é Inclusivass, com 2 s no final.

atividades. Diante dessa grave situação, decidimos materializar por meio de um relato de experiência a potência do nosso encontro, produzindo uma escrita que desse corpo e voz a toda intensidade vivida até aqui.

Um pouco das trilhas teórico-metodológicas que experimentamos

A proposição coletiva deste relato de experiência, portanto, heterogênea, é produzir conhecimento situado, ou seja, ciente de que todo conhecimento é produzido em relações de saber-poder (Haraway, 1995). Assim, afirmamos que nossos olhares advindos de diferentes lugares frente às questões da deficiência enriquecem a discussão. Longe de buscarmos a primazia de uma única perspectiva, colocamos em diálogo os saberes acadêmicos e os saberes da experiência, validando as múltiplas formas de ver e oportunizando que o conhecimento seja veículo de transformação e de crítica.

Os ensinamentos de Paulo Freire (1967) sobre o poder da "leitura da palavra" e a necessidade de sua articulação com a "leitura do mundo", numa relação de mútuo aprendizado entre professor/a e aluno/a, são alicerces para uma extensão universitária democrática. A leitura do mundo é prenhe de experiências, das vivências cotidianas que nosso corpo suporta. Ela é fundamento; é dela que partimos. Todavia, "o" mundo é muito maior do que o "meu" mundo. Por isso, a leitura da palavra nos transporta para outros mundos, assim como também possibilita que se enxergue, sinta e compreenda as experiências que se vive em diálogo com outras experiências, outras perspectivas. Paulo Freire (1985) também defendia a pedagogia da pergunta, em que perguntar se mostra mais importante do que responder. Duvidar, criticar, estranhar - é desse jeito que entendemos as potencialidades de aprendizagens pela extensão. Freire (1983) preferia comunicação do que extensão para salientar a necessidade de diálogo, de escuta e de troca. É isso que temos buscado fazer no CEPAC: a criação de um espaço para deslocamentos de nossas experiências, certezas e dúvidas acerca da deficiência.

Ao escolhermos explicitar a descrição de nossos corpos e alguns marcadores sociais da diferença, pensamos em aproximar a noção de experiência vivida ao conceito de leitura do mundo de Paulo Freire. Aprendemos e apreendemos o mundo com nossos corpos, com nossos sentidos, com as relações que outros corpos vivenciam conosco. Essa afirmação pode ser lida como universal, mas quando prestamos atenção na forma desigual como interagimos, seja por raça/cor, classe social, gênero/sexualidade ou deficiência, por exemplo, percebemos o quão frágil é a ideia de universalidade.

Bell Hooks (2019) conta que, em um evento nos EUA com Paulo Freire, questionou-o sobre a ausência da questão de gênero e de raça em seus escritos. A coordenação da mesa intercedeu dizendo que não era uma pergunta relevante, mas Paulo Freire quis escutá-la, dizendo que sua crítica era muito

pertinente. Assim, ele assumiu suas limitações e comprometeu-se a abordar sexismo e racismo em suas reflexões futuras (Hooks, 2019). Numa situação análoga, as discussões em Psicologia Social e Institucional ainda têm dado pouca atenção ao capacitismo. Por isso, precisamos abrir nossos sentidos para essa temática. Escutar, ler, estudar, sentir e nos abrir ao encontro com as pessoas com deficiências.

Como já mencionado anteriormente, as temáticas do racismo e do sexismo já circulam com maior frequência na universidade, seja pelas redes sociais, seja nos espaços de convivência da UFRGS. Há um potente movimento estudantil negro, bem como movimentos feministas que propagam teorias, conceitualizações e lutas. Ainda assim, para as experiências de segregação, silêncio e solidão das pessoas com deficiência, parecia faltar um conceito que comunicasse essa discriminação. Aliado a isso, ainda é incipiente o acesso de pessoas com deficiência à universidade, o que dificulta a consolidação de coletivos e parcerias.

Em um dos dias de reunião do nosso projeto de extensão, que conta com seis bolsistas [PROEXT/UFRGS], em sua maioria negros e negras, Leandro perguntou: qual nome a gente daria para falar da discriminação e preconceito contra pessoas com deficiência? Ele era o único bolsista de extensão com deficiência no grupo. Na época, estávamos começando os estudos sobre esse tema e foi a doutoranda Raquel que nos apresentou o campo de estudos sobre deficiência, o Modelo Social da Deficiência, a partir do livro "O que é deficiência", de Débora Diniz (2007) e as proposições de Anahi Guedes Mello (2016). Cabe destacar a importância de podermos nomear as opressões vividas, principalmente para nós, acadêmicas e acadêmicos, que temos como ofício o trabalho intelectual. Nomear, pesquisar, refletir sobre a experiência da deficiência como algo social, e não apenas pessoal, pode abrir caminhos de luta coletiva, tanto para as pessoas com deficiência como para suas famílias.

Dessa forma, podemos afirmar que, na sociedade brasileira, racismo, sexismo, classismo e capacitismo tramam os fios que organizam nossas vidas. Contudo, a discussão sobre capacitismo ainda é muito recente. Mello aponta que até o ano de 2012, no Brasil, não havia uma categoria que expressasse em português a "discriminação por motivo de deficiência" (2016). A ausência de um termo específico para esse tipo de discriminação denuncia a pouca visibilidade social e política do fenômeno da deficiência.

O termo capacitismo vem do inglês *ableism*, que tem como base a capacidade. Segundo Mello, o capacitismo se expressa por meio de "atitudes preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. Com base no capacitismo discriminam-se pessoas com deficiência" (Mello 2016, p. 3266). Essa nomenclatura positiva a deficiência, colocando o tema enquanto uma questão que é política e social, denunciando a opressão vivida pelas pessoas com deficiência. O termo capacitismo desloca a crença de que a deficiência é um problema individual e corporal. Antes do termo capacitismo ter chegado ao Brasil, na língua

portuguesa, o termo que designava a discriminação às pessoas com deficiência era "barreiras atitudinais". Entretanto, sabemos que "barreiras atitudinais" não dá conta de expor o lugar de exclusão e inferiorização em que essas pessoas são colocadas. Ao ser pautado enquanto opressão, o capacitismo não designa somente atitudes de discriminação ou preconceito em relação à condição de deficiência, mas diz respeito à desvalorização dessas vidas.

Como construímos esta escrita com três pessoas com corpos marcados em função do capacitismo, pudemos experimentar de maneiras diferentes a leitura sobre a formulação teórica do capacitismo. Para Leandro, foi uma das coisas mais marcantes que lera no início da graduação, pois abordava o tema das deficiências e como a sociedade lida com isso. Se na sala de aula o tema recém começava a ser tratado, mas já produzia seus frutos, na extensão poderíamos potencializar os processos de aprendizagens significativas. A política de bolsas de extensão possibilita aos/às estudantes a dedicação de tempo para os estudos, permitindo que eles possam aprofundar as temáticas e as trocas de saberes. Assim, o conhecimento se põe a serviço da compreensão crítica do mundo vivido.

Uma das aprendizagens coletivas desse processo foi perceber a importância de compreender o capacitismo em sua dimensão estrutural, em que se hierarquizam os corpos das pessoas de acordo com sua capacidade funcional. Ou seja, existe toda uma estrutura excludente na sociedade, sendo fundamental que isso seja reconhecido. Compreendemos porque os corpos com deficiência são tidos como inferiores, o que produz um domínio sobre eles. Além disso, algumas das formas de dominação são a produção de estereótipos, a inferiorização e o silenciamento dessas vidas (Dantas, Silva, e Carvalho, 2014).

Com isso, Leandro logo sentiu na pele o capacitismo funcionando na universidade, pois o tema da deficiência não estava presente nos programas das disciplinas, não estava presente nos corpos dos/as colegas, tampouco nos corpos dos/as docentes. O capacitismo, nesse ponto, aparece como a invisibilização do modo de vida deficiente.

Cabe novamente pontuar que tanto o racismo quanto o capacitismo não dizem respeito apenas à discriminação ou ao preconceito que pessoas negras ou pessoas com deficiência sofrem, mas à desvalorização de suas vidas. Apesar de o capacitismo e o racismo apresentarem percursos e impactos distintos na história, podemos identificar fenômenos similares em ambos, tais como processos de discriminação, exclusão e segregação, preconceitos que naturalizam o lugar de subalternidade. Pessoas com deficiência, assim como as pessoas negras, são, muitas vezes, inferiorizadas e, quiçá, desumanizadas, o que supostamente justificaria atos de violência contra elas. Na história da humanidade, não foram poucas as experiências de extermínio das pessoas com deficiência, bem como o abandono de crianças com deficiência pelas suas famílias (Dias, 2013).

Infelizmente, como já afirmado anteriormente, a nossa sociedade se estrutura de forma muito desigual. Por isso, precisamos de conceitos que nos

ajudem a compreender a complexidade das nossas relações de saber-poder. Nessa direção, reafirmamos a importância do conceito de interseccionalidade, pois ele possibilita que se esteja ciente de que o encontro de diferentes formas de opressões estruturais (racismo, sexismo, capacitismo, classismo) geram configurações distintas de violação de direitos. Por exemplo, um homem branco com deficiência estará menos vulnerável à violência sexual do que uma mulher branca com deficiência. Um jovem branco surdo não terá o mesmo risco de violência policial que um jovem negro surdo (Buzar, 2012). Desta maneira, reafirmamos que, para estudar a temática das deficiências, é preciso compreender sua dimensão estrutural e interseccional. Ao articularmos o capacitismo com o racismo, com o sexismo e com o classismo, passamos a visibilizar algumas especificidades das experiências de vida que poderiam passar despercebidas. Desde a possibilidade de circulação pelos espaços públicos até a construção de relacionamentos afetivos e sexuais.

Já ouvi coisas absurdas, de um próprio familiar. Coisas do tipo: "Deve ser triste, né? Ser assim e não poder namorar". Lembro-me de ter ficado bastante chateado nesse dia por ouvir isso daquela pessoa que é da minha própria família. Meu próprio primo falando aquilo, foi horrível. E o pior de tudo, às vezes ele ainda fala disso com indiretas. Por muitas vezes, por ouvir esses tipos de coisas, realmente me convenci de que deficiente não pode se relacionar porque as pessoas não querem. Tive uma experiência em relação a isso, que sinceramente eu pensava que era algo da minha cabeça ... até ler o artigo "modelo social da deficiência", onde fala que as pessoas veem a pessoa com deficiência como um ser assexual (que não tem desejo ou sentimentos). Quando li isso, lembrei-me da minha primeira paixão na escola. Eu era totalmente apaixonado por uma menina, e por um bom tempo de amizade ela disse que começou a sentir algo por mim ... mas mesmo falando isso, ela meio que se restringia de se relacionar comigo (Leandro Peratz, 2018)⁷.

Esse escrito-depoimento foi o primeiro trabalho que Leandro entregou na disciplina de Psicologia Social II, no seu segundo semestre. Era a primeira vez que a professora Raquel se deparava com essa temática, que não vinha sozinha. Além da deficiência, também se apresentava a questão da sexualidade dessas pessoas. Como lidar com tudo isso?

Naquele semestre, começava a se consolidar um encontro potencializador em sala de aula. Numa disposição de ensinar e aprender, Leandro aceitou o convite de ler seu trabalho para toda a turma. A maioria da turma era de jovens e, mesmo com as cotas raciais, continuava sendo de estudantes brancos/os, sem deficiência, de classe média, cisgêneros e heterossexuais. A turma ficou tocada pelo relato de Leandro, que marcava uma diferença profunda na experiência da adolescência. No primeiro semestre, a turma havia recebido Leandro de uma forma carinhosa e cuidadora. Para um trabalho da disciplina de Psicologia Social I, produziram um vídeo⁸ sobre o trajeto que ele trilha todos os dias

⁷ Fragmento de texto produzido pelo autor Leandro Peratz para uma prova da disciplina de Psicologia Social em 2018.

sem chuva, para ir ao Instituto de Psicologia. Esse vídeo derivou em algumas ações. Ao darem visibilidade à dificuldade de acesso ao prédio da universidade por falta de acessibilidade, houve a modificação da entrada do prédio.

Interessante lembrar que o encontro com a doutoranda Raquel também se deu na sala de aula de Psicologia Social II. Raquel veio acompanhar Josiane França, a convidada cega que promovia a atividade de perceber sem ver nas aulas. Ambas eram integrantes do Movimento Feminista de Mulheres com Deficiência Inclusivass. Esse movimento social foi criado em 2014 na cidade de Porto Alegre e, desde então, luta por políticas públicas e pela garantia de direitos das mulheres e meninas com deficiência. Novamente, o marcador social de gênero/sexualidade aparecia na intersecção com a deficiência, pois existem especificidades nas violências contra as mulheres deficientes. Inclusive, muitas mulheres se tornam mulheres com deficiência em decorrência da violência doméstica, de gênero e de tentativas de feminicídio. Isso aconteceu com Maria da Penha, que dá nome à lei brasileira de número 11.340 de 2006, que age na prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres (Cruz, Silva, e Alves 2007).

O espaço da sala de aula possui a potência de produzir processos de ensino-aprendizagem e encontros grávidos de criação, mas nosso encontro precisava de continuidade para germinar. Foi na extensão universitária que encontramos o solo para desenvolvermos nosso trabalho. Aqui, aparece o famoso tripé ensino-pesquisa-extensão das universidades brasileiras.

O tripé ensino-pesquisa-extensão: processos de aprendizagem

O reconhecimento da falta de estudos e de projetos de extensão sobre a temática das deficiências na graduação e na pós-graduação em psicologia ficou evidente com a política de cotas para pessoas com deficiência e a chegada desses/as estudantes na universidade. Como já dito anteriormente, desde o primeiro semestre Leandro percebera essa carência. Por outro lado, foi recebido de forma acolhedora pela turma, logo construindo laços de amizade e companheirismo. Por parte dos e das docentes houve abertura e até certa expectativa de que ele trouxesse a temática da deficiência em seus trabalhos.

Essa expectativa do corpo docente aponta para dois aspectos, que podem parecer contraditórios. Em primeiro lugar, há abertura e acolhimento para que a temática passe a ser abordada em sala de aula, pois, na maioria das disciplinas, a deficiência tem sido pouco estudada. Estudos apontam a distância que ainda existe entre o tema da deficiência e as produções acadêmicas brasileiras, por ser considerado um assunto muito específico e restrito aos campos de estudo da educação e das ciências biomédicas (Mello, Nuernberg e Block 2019). Em

⁸ A produção desse vídeo está vinculada ao Projeto de Pesquisa Oficinando em Rede: Figurações Corporificadas, coordenado pela professora Vanessa Maurenre, do Instituto de Psicologia da UFRGS, em 2018.

segundo lugar, o interesse docente de que o estudante com deficiência traga esse assunto para a sala de aula pode produzir o risco de aprisionamento do/a estudante com deficiência apenas nesse lugar. Como se o/a estudante com deficiência fosse sempre o/a responsável por trazer a temática, o que pode acarretar uma restrição de horizontes dentro da própria psicologia; como se o seu destino fosse sempre trabalhar a temática da deficiência, compulsoriamente, e não pudesse estudar outro assunto.

Mostra-se muito importante que haja interesse e iniciativa por parte dos/as docentes em pensar o tema da deficiência a partir dos saberes e dos autores/as abordados nas disciplinas. A deficiência é um tema transversal, devendo ser pensada e discutida a partir de diversas abordagens, conforme diretrizes da LBI.

Falando em riscos, cabe comentarmos a escolha metodológica deste relato de experiência em colocar a trajetória individual do Leandro Peratz como fio condutor da reflexão. Ao trabalharmos no campo da psicologia social e institucional, entendemos que a singularidade de cada vida só é possível na trama do coletivo. A experiência individual aqui é tomada como posição de sujeito na dinâmica das relações humanas, sociais, institucionais, materiais, econômicas, simbólicas, raciais, de gênero/sexualidade, funcionais, etc. Por isso, a Raquel professora, a Raquel doutoranda e o Leandro bolsista, são pessoas singulares, mas que vivenciam experiências parecidas com outras pessoas ao redor do mundo.

Assim, seguimos acompanhando a chegada de Leandro, primeiro cotista com deficiência, no curso de Psicologia. No primeiro semestre, duas disciplinas foram palco de trabalhos sobre esse tema: Psicologia Social I e Pesquisa em Psicologia. No trabalho de Psicologia Social I, ele e seu grupo se propuseram a investigar qual seria a reação das pessoas nas ruas de Porto Alegre ao se depararem com um corpo deficiente. O objetivo era analisar de que modo esse corpo afeta as pessoas sem deficiência. Para tanto, elaboraram as seguintes questões: a) O que elas pressentiram em relação ao estudante na cadeira de rodas quando se depararam pela primeira vez com ele? (quais sentimentos eram suscitados); b) Que coisas essas pessoas imaginavam que ele fazia? Onde atuava? (área de trabalho ou estudo); c) De que natureza imaginavam ser a condição física dele? (se ele havia nascido assim ou se sua deficiência se dava em decorrência de alguma doença ou acidente).

As respostas foram exatamente como imaginadas por Leandro pois, sua leitura de mundo acumulava a experiência de ser visto e julgado pelos olhares alheios. Os resultados dessa enquête foram: a) o consideravam um vencedor; b) o seu ofício seria algo relacionado à tecnologia, trabalhando em um escritório, com um computador; c) o relacionamento entre seus pais teria sido um erro, talvez tivessem algum parentesco (o que não é verdade), ou então, a sua mãe teria tomado algum remédio que resultou em uma má formação na gestação.

A proposta do grupo era mostrar as atitudes de preconceito da sociedade em relação às pessoas com deficiência, que vêm disfarçadas em tom

de admiração e, ao mesmo tempo, de condenação. Era um grupo de primeiro semestre, composto por jovens cheios de vontade de aprender. Hoje, já no quinto semestre, Leandro reflete que o grupo não tinha ferramentas teóricas o suficiente para complexificar as análises das respostas recolhidas: "Eu sabia como as coisas funcionavam, mas ainda não sabia nomeá-las, nem explicá-las porque, até então, eu não tinha estudado em sala de aula nada a respeito dessas coisas".

No segundo semestre, foi a cadeira de Pesquisa em Psicologia que possibilitou a construção de outro trabalho na temática da deficiência. A tarefa da disciplina era procurar na *internet* um artigo e escrever as impressões do grupo sobre a forma da escrita e, também, se consideravam que faltava algo no texto. O objetivo era que a turma entendesse como as pesquisas e as escritas de artigos científicos funcionam. O tema era livre, então Leandro decidiu ir atrás de estudos que colocassem em diálogo a deficiência e a depressão. Para sua surpresa, a maioria dos resultados encontrados por ele em língua portuguesa colocava a deficiência como uma questão médica e patológica. Essa produção de conhecimento se reflete nas práticas profissionais, pois as instituições especializadas para pessoas com deficiência no país acabam reproduzindo essa compreensão centrada nos aspectos biomédicos (Othero e Dalmaso, 2009).

Em virtude das especificidades de seu corpo, desde cedo Leandro frequentou instituições de reabilitação. Dessas experiências, recorda que não havia debates críticos sobre a deficiência. O foco do trabalho nessas instituições se dava no sentido de auxiliar as pessoas com deficiência a "se virarem" na sociedade, por meio de estratégias para tornarem seus corpos mais "funcionais" dentro de suas possibilidades. Por exemplo, aprende-se como fazer as refeições sozinho/a, como escrever sozinho. Podemos perceber que o trabalho dessas instituições é o tratamento do corpo com deficiência, na busca por cada vez mais autonomia para a realização de tarefas e isso é muito importante. Contudo, não há um olhar para a posição de sujeito político da pessoa com deficiência, de sujeito ciente e crítico de seus direitos, produtor de conhecimento.

Voltando à pesquisa de artigos sobre deficiência e depressão, essa tarefa possibilitou a produção de um trabalho escrito questionando o porquê da pouca produção de estudos a respeito disso. Leandro pensava "Será que de fato as pessoas com deficiência não têm depressão?".

Depois de uma busca mais aprimorada sobre deficiência e depressão, realmente constatamos que há uma baixa produção acadêmica nessa temática em geral. Existem alguns trabalhos sobre a depressão em algumas deficiências em específico, como cegueira e lesão medular, por exemplo (Cambráia, 2018; Gandolfo et al., 2010). Entretanto, certamente, o sofrimento psíquico das pessoas com deficiência merece maior investimento em pesquisas. Uma das hipóteses levantada por Leandro para essa realidade no Brasil é que o sofrimento das pessoas com deficiência tem sido calado, silenciado. Talvez, seja um dos efeitos do capacitismo, pois ao produzir o estereótipo de que as pessoas com deficiência são heroínas (Dias, 2013), as próprias pessoas com deficiência

acabam por adotar esse discurso e, por isso, não desabafam. Nessa direção, podemos pensar que as pessoas com deficiência desenvolvem estratégias psíquicas para sobreviver às violências cotidianas.

A partir desse momento, outros questionamentos emergiram em seus pensamentos, começando a perceber também o capacitismo operando na ausência de autores/as com deficiência e dessa temática nas referências bibliográficas das disciplinas. Foi nesse contexto de silenciamento, que Leandro conversou com a professora Raquel e pediu a criação de um grupo de estudos relacionados à deficiência. Posteriormente, ele participou da seleção para bolsista do NEPARPSI, como já relatado. O tema da deficiência e depressão merece aprofundamento, mas esse aprofundamento não está no escopo deste relato de experiências. Esperamos que pesquisas futuras possam se dedicar à temática.

Hoje, Leandro reconhece que o curso de psicologia, mesmo não tendo disciplina obrigatória para a temática das deficiências, possibilitou processos de aprendizagem e a construção de um olhar crítico. Nesse ponto, percebemos a apropriação da leitura da palavra, como Paulo Freire defendia. A universidade pública e suas políticas de extensão e de cotas propiciam ampliação do mundo e do pensamento crítico-reflexivo. Pelo lado da universidade e do corpo docente, as cotas para pessoas com deficiência produzem um desassossego na leitura de mundo e de palavras que por ali circulavam. Ensino, pesquisa e extensão se reconhecem despreparados, e precisam se reinventar.

REFLEXÕES FINAIS

Esta escrita é o testemunho da potência que a política de cotas carrega. A chegada desses/as estudantes nas Instituições de Ensino Superior tem promovido uma intervenção na universidade. Seus corpos provocam as estruturas institucionais, desde os aspectos físicos até as práticas pedagógicas. Se antes achávamos "normal" que a arquitetura e o mobiliário dos espaços acadêmicos estivessem projetados somente para quem anda sobre duas pernas, a presença do Leandro dizia-nos que não. Se antes de termos estudantes cegos/as e surdos/as não questionávamos os métodos de ensino em sala de aula, elaborados somente para estudantes que veem e que ouvem, agora já precisamos nos preocupar com isso e com muito mais. Esses são apenas alguns exemplos do funcionamento do capacitismo: um mundo organizado para as pessoas sem deficiências, sejam físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, cujas estruturas limitam, quando não impedem, que pessoas com deficiência façam parte dele.

Esperamos contribuir com a produção de um desvio nessa construção social naturalizada de exclusão das pessoas com deficiência. Estudos sobre as políticas de inclusão apontam os entraves que encontram nas instituições de ensino. Diversas vezes os/as estudantes com deficiência são considerados como aqueles que levam "problemas" para a escola, para a universidade, para

os espaços onde são incluídos. O enunciado de que as/os docentes não estão preparadas/os para recebê-los é recorrente (Machado e Albuquerque, 2012). Assim, propomos aqui o distanciamento da ideia negativa de "problema" e uma virada em direção ao "problema" enquanto questão que nos força a pensar de uma nova maneira, que instiga o processo de criação.

A presença do Leandro denuncia a invisibilidade das questões da deficiência na academia, pois mesmo sendo o primeiro cotista, Leandro não foi o primeiro e nem é o único estudante com deficiência a frequentar o Instituto de Psicologia da UFRGS. Ser o/a primeiro/a ou os/as primeiros/as estudantes com deficiência em uma Instituição de Ensino Superior (IES) não é um lugar fácil de ser sustentado. Ainda existem muitas barreiras institucionais e sociais a serem derrubadas. Se a deficiência é encarada enquanto uma das tantas possibilidades corporais que compõem a condição humana, esse é um tema que envolve a todos nós e deve fazer parte da nossa formação.

Hoje, essa temática vem sendo mais discutida nas ciências humanas e sociais, principalmente a partir da interface com os estudos feministas. Vemos se oportunizar o crescimento dessa discussão e o alargamento desse campo de saber com o ingresso de cada vez mais pessoas com deficiência na Universidade, por meio da política de cotas. Contudo, cabe ressaltar que o Brasil vive um momento de recrudescimento dos direitos sociais e humanos, o que pode implicar no desmonte das ações afirmativas.

Dessa forma, é fundamental que se consolidem lutas coletivas pelo aprimoramento das cotas para pessoas com deficiência. Interessante pontuar que, no campo teórico, o modelo social da deficiência explicita a relação da sociedade com a opressão das pessoas com deficiência. Esse modelo foi elaborado a partir das próprias pessoas com deficiência que, ao denunciarem as situações de exclusão que viviam, legitimaram a importância política do tema para toda a sociedade.

Para tanto, é preciso a parceria das pessoas sem deficiência, é necessário encararmos a deficiência enquanto uma questão coletiva. Com base na troca de experiências desse grupo heterogêneo, da leitura, discussão e exposição do tema da deficiência em aulas da graduação e contação de histórias para crianças, o Coletivo de Extensão e Pesquisas Anticapacitistas (CEPAC) busca dar cada vez mais visibilidade e importância à luta contra o capacitismo estrutural. Há outros projetos de extensão na UFRGS que também trabalham nesse sentido, como o Projeto Diversos Corpos Dançantes⁹, vinculado à Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança [ESEFID] e o Programa de extensão Leituras Obrigatórias e Acessíveis [LEOA]¹⁰. Além da extensão, existe o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade INCLUIR, já citado e, desde 2018, o Coletivo Adriana

⁹ O Diversos Corpos Dançantes é um projeto de extensão vinculado a Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da UFRGS. O projeto foi criado e coordenado pela Prof. Carla Vendramin de 2014 a 2018 e, atualmente, é coordenado pelo Prof. Marcio Pizarro Noronha. Para saber mais sobre este projeto, cf. https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/185364/Resumo_34858.pdf?sequence=1 e <https://www.ufrgs.br/centrocultural/2019/03/27/oficina-diversos-corpos-dancantes-no-centro-cultural/>, recuperados em 29, setembro, 2020.

Thoma, formado por pessoas com deficiência da UFRGS¹¹. Contudo, apesar dessas iniciativas, há ainda pouca representatividade de pessoas com deficiência na universidade que possam falar de dentro da experiência sobre o enfrentamento de barreiras, suas dificuldades e habilidades, que possam objetar quando se discute a deficiência a partir de um lugar pretensamente neutro, distanciado, "universal".

Por fim, cabe ressaltar que, junto à política de cotas para pessoas com deficiência, garantindo vagas para o ingresso desses/as estudantes no Ensino Superior, é fundamental a existência das políticas de permanência. Quem é cotista e passa a fazer parte do mundo acadêmico percebe e nos mostra que não é suficiente ingressar na universidade, pois acessar a essa instituição é muito mais do que isso. As políticas de ações afirmativas são um mecanismo para que os/as estudantes não somente ingressem na universidade, mas para que possam permanecer estudando na Instituição. A permanência dos/as cotistas com deficiência na universidade é uma questão institucional, que requer o acolhimento das demandas de seus corpos, além de requerer escuta, debate e elaboração de ações para visibilizar as questões relacionadas às diferenças, visando uma formação justa e digna. O papel do/a cotista é importantíssimo, pois a partir de seus posicionamentos pode-se pensar a melhoria das condições, não somente para a sua permanência, mas também dos/as ingressantes futuros/as. Por isso, é válida a criação de coletivos para implicar outros/as colegas, com e sem deficiência, e somar mais forças. Essa é uma luta que deve ser de todos/as - estudantes, docentes, funcionários/as, terceirizados/as - para uma universidade mais diversa, antirracista e anticapacitista.

¹⁰ Programa que promove acesso à literatura obrigatória do vestibular da UFRGS às pessoas com deficiência visual. Para saber mais sobre o projeto, cf. <https://www.ufrgs.br/incluir/cadastro-no-projeto-leituras-obrigatorias-e-acessiveis/>, recuperado em 29, setembro, 2020.

¹¹ Grupo autônomo formado por servidores técnicos, docentes, alunos, extensionistas com deficiência da UFRGS, e por demais interessados na promoção de acessibilidade e inclusão na universidade.

REFERÊNCIAS

- Brah, A. (2006). Diferença, Diversidade, Diferenciação. *Cadernos Pagu* 26, jan-jun. 329–76.
- Buzar, F. J. R. (2012). Interseccionalidade Entre Raça e Surdez: A Situação de Surdos(as) Negros(as) Em São Luís-MA. UNB - Universidade de Brasília.
- Cambráia, M. I. A. (2018). Avaliação Dos Sintomas de Depressão Na Deficiência Visual: Estudo Sobre a Cegueira. Universidade Federal do Amapá.
- Carneiro, S. (2005). A Construção Do Outro Como Não-Ser Como Fundamento Do Ser. Universidade de São Paulo.
- Gandolfo, C. M. I.; Auad, J. C.; Vasconcelos, L.; Macêdo, A.; Bressanelli, R. (2010). Avaliação Da Depressão Em Pacientes Com Lesão Medular. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* 12(1–2), 43–59.
- Crenshaw, K. (2002). Documento Para o Encontro de Especialistas Em Aspectos Da Discriminação Racial Relativos Ao Gênero. *Revista Estudos Feministas* 10(1), 171–88.
- Cruz, D. M. C.; Silva, J. T.; Alves, H. C. (2007). Evidências Sobre Violência e Deficiência: Implicações Para Futuras Pesquisas. *Revista Brasileira de Educação Especial* 13, 131–46.
- Dantas, T. C.; Silva, J. S. S.; Carvalho, M. E. P. (2014). Entrelace Entre Gênero, Sexualidade e Deficiência: Uma História Feminina de Rupturas e Empoderamento. *Revista Brasileira de Educação Especial* 20(4), 555–68.
- Dias, A. (2013). Por Uma Genealogia Do Capacitismo: Da Eugenia Estatal à Narrativa Capacitista Social. *Anais Do I Simpósio Internacional de Estudos Sobre a Deficiência–SEDPcD/Diversitas/USP Legal–São Paulo* (016), 1–15.
- Diniz, D. (2007). *O Que é Deficiência*. 1º. São Paulo: Braziliense.
- Freire, P. (1967). *Educação Como Prática Da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1983). *Extensão Ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P.; Antonio, F. (1985). *Por Uma Pedagogia Da Pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Guimarães, A. S. A. (2016). Formações Nacionais de Classe e Raça. *Tempo Social* 28(2).

Haraway, D. (1995). Saberes Localizados: A Questão Da Ciência Para o Feminismo e o Privilégio Da Perspectiva Parcial. *Cadernos Pagu* (5), 07–41.

Hooks, B. (2019). *Ensinando a Transgredir: A Educação Como Prática Da Liberdade*. 3ª. São Paulo: Martins Fontes.

Machado, L. B.; Albuquerque E. R.. (2012). Inclusão de Alunos Com Deficiência Na Escola Pública: As Representações Sociais de Professoras. *Revista Diálogo Educacional* 12(37), 1085–1104.

Mello, A. G., Nuernberg, A. H.; Pamela Block. (2019). Os Estudos Sobre Deficiência No Brasil: Passado, Presente e Futuro. *Journal of Chemical Information and Modeling* 53(9), 1689–1699.

Mello, A. G. (2016). Deficiência, Incapacidade e Vulnerabilidade: Do Capacitismo Ou a Preeminência Capacitista e Biomédica Do Comitê de Ética Em Pesquisa Da UFSC. *Ciência e Saúde Coletiva* 21(10), 3265–3276.

Nascimento, A. (2014). Quilombismo: Um Conceito Emergente Do Processo Histórico-Cultural Da População Afro-Brasileira. In: *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*, E. Larkin Nascimento. São Paulo: Selo Negro.

Othero, M. B.; Dalmaso, A. S. W. (2009). Pessoas Com Deficiência Na Atenção Primária: Discurso e Prática de Profissionais Em Um Centro de Saúde-Escola. *Interface: Communication, Health, Education* 13(28), 177–88.

Pereira, M. M. (2008). Ações Afirmativas e a Inclusão de Alunos Com Deficiência No Ensino Superior Resumo : Affirmative Action and the Inclusion of Special Needs Students in Higher Education Abstract : *Ponto de Vista* 19–38.

Petten, A. M. V. N.; Costa, T. C.; Borges A. A. P. (2018). Política de Cotas Na Universidade Federal de Minas Gerais: Uma Análise Do Perfil Dos Alunos Com Deficiência. *Revista Diálogos e Perspectivas Em Educação Especial* 5(1), 127–40.

Data de submissão: 01/10/2020

Data de aceite: 20/10/2020